

REQUERIMENTO Nº __, DE 2021

(Do Sr. Rubens Otoni)

Solicita realização de audiência pública na Comissão de Minas e Energia para discutir a Medida Provisória 1.031, de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, e os seus impactos.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a realização de audiência pública para debater a proposta de privatização da Eletrobras e suas empresas subsidiárias, e outras medidas propostas na MP 1.031, de 2021.

Para a audiência, solicito que sejam convidados:

- o Senhor Ministro de Minas e Energia;
- o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e
- Representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários – CNE.





Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rubens Otoni
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219427464600>



* CD 2 1 9 4 2 7 4 6 4 6 0 0 *

Apresentação: 13/04/2021 16:22 - CME

REQ n.35/2021

JUSTIFICAÇÃO

A MP 1.031/2021, que trata das condições para a privatização da Eletrobras, pretendendo viabilizar uma privatização acelerada do grupo Eletrobras, bem como de suas subsidiárias, Eletrobras Amazonas GT, Eletrobras CGT Eletrosul, Eletrobras Chesf, Eletrobras Eletronorte, Eletrobras Eletronuclear e Eletrobras Furnas. Além de principal acionista dessas empresas, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Eletrobrás Cepel) e a Eletrobras Participações S.A. (Eletrobrás Eletropar), por meio da venda do controle acionário da União.

A Eletrobras é a principal empresa de geração e transmissão de energia do país: com capacidade instalada de 51.143 MW, em 2019, o que representa 30% do total instalado no Brasil. Para isso, a entidade atua com as 48 usinas hidrelétricas, 12 termelétricas a gás natural, óleo e carvão, duas term nucleares, 62 usinas eólicas e uma usina solar, próprias ou em parcerias, distribuídas por todo território nacional, estão alguns dos maiores empreendimentos no Brasil e no mundo, além de projetos estruturantes e pioneiros no país.

A Eletrobras é a maior empresa brasileira de transmissão de energia elétrica, responsável por quase metade das linhas com tensão maior ou igual a 230 kV no país. A União é o maior acionista, com 51% das ações ordinárias. Outros 13% estão com o BNDESPar, além de 7% que estão nas mãos do próprio BNDES. Para o setor privado, sobra cerca de 30% do total. Esses papéis estão divididos entre mais de 20 mil investidores nacionais e internacionais - entre pessoas físicas, empresas e fundos.

A privatização da Eletrobras pressupõe a condição de desotização de 15 usinas hidrelétricas que vendem energia bem mais barata que o Mercado Livre. Se essas usinas vendem o MWH entre R\$ 40,00 e R\$ 60,00, o Mercado Livre vende seu MWH por R\$ 200,00 a R\$ 800,00. Isto posto, a ANEEL aponta que uma privatização da Eletrobras pode elevar a conta de luz em até 16,7% num primeiro momento.

Elevando o custo da indústria, das famílias e de toda a cadeia de produção da economia por R\$ 460 bilhões em 30 anos. As recentes privatizações de distribuidoras de energia elétrica no Brasil tiveram sempre dois efeitos colaterais preponderantes: tarifaço e apagão. As populações dos estados de Goiás, Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas, Piauí e Alagoas



penam com o descaso na prestação de serviço privatizado. Ainda sobre apagões, como não lembrar do recente episódio sombrio no Amapá.

Quando uma transmissora de energia privada deixou a maior parte do estado sem luz por 20 dias. A privatização da Eletrobrás é ainda um risco iminente para o meio ambiente. A Eletrobras tem 47 barragens hídricas, algumas delas sexagenárias e por responsabilidade de Estado e expertise em engenharia segurança de barragens, nunca tivemos sequer a ameaça de episódios degradantes como nas privatizadas barragens de rejeito de Brumadinho e Mariana (MG).

A adoção de um novo modelo, que privilegia o mercado livre de comercialização de energia e a privatização da principal estatal do setor elétrico, com a possibilidade de venda de ações na Bolsa de Valores, foi anunciada com o objetivo de dar mais "competitividade e agilidade" às operações da empresa, porém a principal motivação vista pelo setor é a expectativa de arrecadar cerca de R\$ 16 bilhões com a operação.

Considerando a perspectiva dessas mudanças regulatórias e seus impactos diretos para o sistema elétrico nacional, bem como o possível aumento tarifário resultante para os consumidores de energia elétrica, gostaria de esclarecimentos sobre a proposta de alterações no marco legal e discutir alternativas que possam ser mais adequadas para o setor e para os consumidores de energia elétrica em todo o país.

Por essas razões, apresento o presente requerimento.

Sala da Comissão, em ____ de Abril de 2021.

Deputado Federal Rubens Otoni PT/GO

